

Relatório da Administração

Senhores Acionistas:
A Diretoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentam aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Em milhares de Reais)

A T I V O		2016	2015
Circulante	Nota 4	53.698.621	59.256.601
Disponibilidades		775.813	825.621
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	9.546.373	13.859.889
Aplicações em operações compromissadas		7.952.343	12.215.639
Aplicações em depósitos interfinanceiros		813.149	978.386
Aplicações em moedas estrangeiras		780.881	665.864
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	13.926.071	14.304.180
Carteira própria		7.253.339	5.534.168
Vinculados a operações compromissadas		1.717.046	1.610.766
Instrumentos financeiros derivativos		3.294.555	2.693.763
Vinculados à prestação de garantias		1.651.131	4.465.483
Relações interfinanceiras		5.856.246	3.006.127
Créditos vinculados:			
Depósitos no banco central		5.856.128	3.004.919
Correspondentes no país		118	1.208
Operações de crédito	8	8.758.808	9.591.404
Operações de crédito - Setor privado		9.115.605	10.180.624
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(361.614)	(589.848)
Operações de arrendamento mercantil	8	44.665	251.215
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	46.907	254.103
Outros créditos		14.774.142	17.399.399
Créditos por avais e fianças honrados		-	18.160
Carteira de câmbio	9	8.712.541	10.585.412
Rendas a receber		415.997	30.497
Negociação e intermediação de valores	10	196.063	1.293.220
Créditos tributários	11	627.454	326.859
Diversos	12	4.985.527	5.302.417
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(163.440)	(157.166)
Outros valores e bens		16.503	18.766
Outros valores e bens		1.253	3.074
Despesas antecipadas	13	15.250	15.692
Não circulante		18.308.000	16.768.694
Realizável a longo prazo		17.778.518	15.848.900
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	30.018	5.319
Aplicações em depósitos interfinanceiros		30.018	5.319
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6 e 7	11.283.730	8.917.434
Carteira própria		1.073.465	604.352
Vinculados a operações compromissadas		750.138	255.997
Instrumentos financeiros derivativos		2.238.762	2.870.517
Vinculados à prestação de garantias		7.221.365	5.186.568
Operações de crédito	8	4.173.351	4.732.433
Operações de crédito - Setor privado		4.865.641	4.964.015
Operações de crédito vinculadas à cessão (Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	8.f	-	5.440
Operações de arrendamento mercantil	8	34.028	(3.335)
Operações de arrendamento a receber - Setor privado (Provisão para créditos de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa)	8.f	36.930	765
Outros créditos		2.257.391	2.197.049
Créditos por avais e fianças honrados		151.601	-
Carteira de câmbio	9	123.426	51.540
Rendas a receber		2.579	1.094
Créditos tributários	11	1.072.301	1.242.645
Diversos	12	1.059.085	901.770
(Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa)	8.f	(151.601)	-
Permanente		529.482	919.794
Investimentos	14	38.077	317.031
Participações em coligadas e controladas		31.599	311.315
Outros investimentos		12.458	11.696
(Provisão para perdas)		(5.980)	(5.980)
Imobilizado de uso	15	223.217	237.653
Imóveis de uso		66.197	176.434
Imobilizações em curso		10.743	12.745
Sistemas de processamento de dados		168.227	168.593
Outras imobilizações de uso		579.299	444.109
(Depreciações acumuladas)		(601.249)	(564.228)
Intangível	16	268.188	365.110
Ativos intangíveis		462.642	707.781
(Amortizações acumuladas)		(194.454)	(342.671)
Total do ativo		72.006.621	76.025.295

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social realizado	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial (Reapresentado)	Lucros acumulados (Reapresentado)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014		3.905.701	249	435.854	2.458.188	-	-	-	6.706.736
Aumento de capital	24.a	200.849	(249)	-	-	-	-	200.600	-
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	-	-	(115.974)	(115.974)	-
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	894.224	894.224
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	-	44.922	849.302	-	-	(894.224)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015		4.106.550	-	480.776	3.307.490	-	(209.230)	-	7.685.586
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(69.305)	69.305	-
Saldos em 1º de janeiro de 2016		4.106.550	-	480.776	3.307.490	-	(278.535)	69.305	7.685.586
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	271.371	-	271.371
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(3.862)	-	(3.862)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	958.163	958.163
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	-	47.907	456.071	23.490	-	(527.468)	-
Juros sobre Capital Próprio	24.d	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.106.550	-	528.683	3.763.561	23.490	(11.026)	-	8.411.258
Saldos em 30 de junho de 2016		4.106.550	-	498.683	3.307.490	-	(73.683)	412.937	8.252.157
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	63.469	-	63.469
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(812)	-	(812)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	596.444	596.444
Destinações:									
Reservas	24.b e c	-	-	29.820	456.071	23.490	-	(509.381)	-
Juros sobre Capital Próprio	24.d	-	-	-	-	-	(500.000)	-	(500.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		4.106.550	-	528.683	3.763.561	23.490	(11.026)	-	8.411.258

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

1 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras combinadas ("Combinadas") do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que são de responsabilidade da Administração das empresas integrantes do Conglomerado, estão sendo apresentadas exclusivamente com o objetivo de fornecer, por meio de uma única demonstração financeira, informações relativas à totalidade das atividades financeiras das empresas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, independente da disposição de sua estrutura societária e dos requisitos de apresentação de demonstrações financeiras determinados pelas práticas contábeis adotadas no Brasil. As demonstrações financeiras individuais das empresas constantes nesse Conglomerado estão sendo publicadas separadamente.

Em 08 de outubro de 2016, o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* no Brasil pelo valor de R\$ 710.000, onde o grupo Itaú Unibanco será o sucessor dos negócios de varejo do Banco no Brasil, incluindo empréstimos, depósitos, cartões de crédito, 71 agências, gestão de recursos e corretagem de seguros, assim como as participações societárias detidas na TECBAN - Tecnologia Bancária S.A. (5,64%) e na CIBRASEC - Companhia Brasileira de Securitização (3,60%).

A operação de compra e venda envolveu uma base de 315 mil clientes correntistas, R\$ 35 bilhões entre depósitos e ativos sob gestão, R\$ 1,1 milhão de cartões de crédito e R\$ 6 bilhões de carteira de crédito, tendo como referência a data base de 31 de dezembro de 2015.

A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo seja cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco.

A conclusão desta operação está sujeita às aprovações dos órgãos reguladores, especialmente o BACEN - Banco Central do Brasil e o CADE - Conselho Administrativo de Defesa Econômica.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração do Banco em 13 de fevereiro de 2017.

2 | Descrição das principais práticas de consolidação

Na preparação das demonstrações financeiras combinadas, foram adotados, quando aplicável, os critérios para a consolidação em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF, instituído pela Circular nº 1.273 de 29 de dezembro de 1987, do Banco Central do Brasil:

- Foram eliminadas as participações societárias entre as empresas consolidadas;
- Foram eliminadas as despesas e as receitas decorrentes de negócios entre as empresas combinadas;
- Foram eliminados os direitos e as obrigações assumidos entre as empresas combinadas; e
- As operações de arrendamento mercantil estão sendo demonstradas pelo seu valor presente, calculado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Desta forma, o valor residual, assim como as demais contas que compõem o cálculo do valor presente das operações de arrendamento mercantil foram reclassificadas para o grupo "Operações de arrendamento mercantil".

Destacamos as principais sociedades incluídas nas demonstrações financeiras, as quais também fazem parte do Conglomerado Prudencial em 31 de dezembro:

Instituições Consolidadas	Atividade	2016	2015
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil (Leasing)	Arrendamento	99,99%	99,99%
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora)	Distribuidora	100%	100%
Pelo método de equivalência patrimonial			
Citibank Corretora de Seguros Ltda. (Seguros)	Corretora	100%	100%
Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A. (Elavon)	Serviços	-	49,90%
Instituições Combinadas			
Banco Citibank S.A. (Banco)	Bancária	100%	100%
Citibank, N.A. - Filial Brasileira (Entidade)	Bancária	100%	100%
Citigroup Global Markets Brasil CCTVM S.A. (Corretora)	Corretora	100%	100%

Representação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015

A partir de 1º de janeiro de 2013 entrou em vigor o pronunciamento técnico CPC 33(R1) que trata dos aspectos contábeis de benefícios para funcionários. Em 25 de junho de 2015 o Banco Central do Brasil aprovou através da Resolução nº 4.424 as disposições sobre o registro contábil e a evidencição de benefícios a empregados, onde autorizou o Conglomerado a procedimentos adicionais a serem observados na contabilização e na divulgação das informações a partir de 1º de janeiro de 2016.

As principais demonstrações contábeis e: i) os ganhos e perdas atuais passam a ser reconhecidos integralmente como ativo ou passivo atuarial, tendo como contrapartida o patrimônio líquido (Ajustes de Avaliação Patrimonial). O teto de ativo (*asset ceiling*) é o valor presente de quaisquer benefícios econômicos disponíveis na forma de restituições provenientes do plano ou de reduções nas contribuições futuras para o plano. O *superávit* do plano de benefício definido deve ser reconhecido quando os benefícios econômicos futuros estão disponíveis para a entidade na forma de redução nas contribuições futuras ou de restituição em dinheiro, seja diretamente à entidade patrocinadora ou indiretamente para o plano definitivo (127c). Ou seja, em condições de cálculo de *stress*, a entidade continua tendo um *superávit* e este está disponível para abater contribuições futuras ou livre para resgate/utilização em outros planos patrocinados pela entidade. Dado que estas condições não foram cumpridas para constituição de um ativo, houve a reversão deste contra ajustes de avaliação atuarial, por conta da adoção do CPC 33; ii) inclusão de novos requisitos de divulgação nas demonstrações contábeis; e iii) o pronunciamento deve ser aplicado na forma retrospectiva, em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

A adoção do referido pronunciamento, aplicável ao exercício iniciado a partir de 1º de janeiro de 2016, ocasionou os seguintes efeitos nas demonstrações contábeis:

Descrição balanço patrimonial	Publicado em dez/15	Ajustes	Valor corrigido
Patrimônio líquido			
Ajuste de avaliação patrimonial - Saldo em 31 de dezembro de 2015	(209.230)	(69.305)	(278.535)
Lucros Acumulados - Saldo em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)	-	69.305	69.305

P A S S I V O		2016	2015
Circulante	Nota 17	47.597.767	53.523.947
Depósitos		12.088.634	9.615.836
Depósitos à vista		4.165.310	5.044.472
Depósitos de poupança		867.846	1.048.086
Depósitos interfinanceiros		-	73.800
Depósitos a prazo		7.055.478	3.449.478
Captações no mercado aberto	18	5.253.232	7.493.550
Carteira própria		2.122.570	1.618.933
Carteira de terceiros		49.299	1.326.927
Depósitos em movimentação		3.081.363	4.547.690
Recursos de aceites e emissão de títulos		280.209	1.361.428
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		226.318	1.090.135
Certificados de operações estruturadas		53.891	271.293
Relações interdependências		1.143.224	1.417.347
Recursos em trânsito de terceiros		1.143.224	1.417.347
Obrigações por empréstimos	19.a	4.941.510	6.614.195
Empréstimos no exterior		4.941.510	6.614.195
Obrigações por repasses do país	19.b	119.580	88.247
Instituições oficiais			
BNDES		77.495	82.177
FINAME		2.116	4.070
Outras instituições		39.969	2.000
Obrigações por repasses do exterior	19.b	3.278.981	3.683.672
Repasses do exterior		3.278.981	3.683.672
Instrumentos financeiros derivativos	7	2.941.607	4.244.965
Instrumentos financeiros derivativos		2.941.607	4.244.965
Outras obrigações		17.550.790	19.004.777
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		276.525	161.920
Carteira de câmbio	9	8.038.480	9.392.346
Sociais e estatutárias		534.997	105.991
Fiscais e previdenciárias	20	537.720	517.145
Negociação e intermediação de valores	10	3.263.963	4.011.164
Diversas	21	4.899.105	4.816.211
Não circulante		15.997.596	14.815.762
Depósitos	17	7.285.812	5.288.961
Depósitos a prazo		7.285.812	5.288.961
Captações no mercado aberto	18	349.369	254.176
Carteira própria		349.369	254.176
Recursos de aceites e emissão de títulos		2.913.012	738.766
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.617.229	640.753
Certificados de operações estruturadas		295.783	98.013
Obrigações por empréstimos	19.a	927.375	2.292
Empréstimos no exterior		927.375	2.292
Obrigações por repasses do país	19.b	555.999	202.739
Instituições oficiais			
BNDES		541.955	183.247
FINAME		14.044	19.492
Obrigações por repasses do exterior	19.b	967.536	1.641.823
Repasses do exterior		967.536	1.641.823
Instrumentos financeiros derivativos	7	1.605.326	5.586.995
Instrumentos financeiros derivativos		1.605.326	5.586.995
Outras obrigações		1.339.526	1.064.751
Carteira de câmbio	9	122.570	37.601
Fiscais e previdenciárias	20	180.460	115.143
Negociação e intermediação de valores	10	175.856	-
Diversas	21	860.640	912.007
Resultados de exercícios futuros		53.641	35.259
Resultados de exercícios futuros		53.641	35.259
Patrimônio líquido	24	8.411.198	7.685.586
Capital social - De domiciliados no exterior		10.650	4.106.550
Reserva de lucros		4.315.734	3.788.266
(Ajustes de avaliação patrimonial)		(11.026)	(209.230)
Total do passivo		72.006.621	76.025.295

Total do passivo

Total do passivo

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

		2º Semestre		Exercícios
	Nota	2016	2016	2015
Receitas da intermediação financeira		3.876.640	6.607.679	9.441.585
Operações de crédito	8.g	1.341.600	2.362.541	3.018.607
Operações de arrendamento mercantil		60.689	138.255	129.103
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		2.190.216	4.583.476	3.834.119
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.d	101.800	(2.485.168)	1.332.488
Resultado de operações de câmbio		(42.686)	1.669.011	935.754
Resultado de aplicações compulsórias		221.762	330.885	73.949
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		3.259	8.679	117.069
Despesas da intermediação financeira		(2.490.271)	(3.756.533)	(5.967.723)
Operações de captação no mercado		(1.615.650)	(3.180.345)	(2.604.140)
Operações de empréstimos e repasses		(209.272)	(42.422)	(2.580.777)
Operações de arrendamento mercantil		(47.286)	(107.565)	(100.394)
Operações de venda ou de transferência de ativos financeiros		(25.609)	(25.925)	(13.866)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	8.f	(592.454)	(1.009.520)	(668.546)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.386.369	2.851.146	3.473.862
Outras receitas/(despesas) operacionais		(708.923)	(1.561.557)	(2.051.832)
Receitas da prestação de serviços	25	836.261	1.270.422	835.830
Receitas de tarifas bancárias	25	177.652	340.547	289.584
Despesas de pessoal		(738.002)	(1.332.732)	(1.285.769)
Outras despesas administrativas	26	(726.151)	(1.473.894)	(1.424.795)
Despesas tributárias		(235.891)	(432.578)	(366.408)
Resultado de participações em coligadas e controladas	14	38.097	217.913	21.540
Outras receitas operacionais	27	311.823	611.183	686.138
Outras despesas operacionais	27	(372.758)	(762.715)	(807.952)
Resultado operacional	67.446	1.289.589	1.422.030	
Resultado não operacional	32.d	(19.171)	(89.745)	14.769
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		658.275	1.199.844	1.436.799
Provisão para imposto de renda e contribuição social	28	17.681	(91.081)	(388.968)
Provisão para imposto de renda		(83.309)	(189.235)	(184.902)
Provisão para contribuição social		(72.590)	(157.159)	(117.249)
Ativo fiscal diferido		173.580	255.313	(86.817)
Participações no lucro - Empregados		(79.512)	(150.600)	(153.607)
Lucro líquido		596.444	958.163	894.224

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

iii. Intangível

O ativo intangível é composto por:

- Aquisição e desenvolvimento de *software* registrados pelo custo de aquisição ou formação, amortizados pelo método linear utilizando-se a taxa anual de 20%, contabilizados a partir de 1º de outubro de 2008; e
- Aquisição do direito de exploração de folha de pagamento, amortizados pelo prazo contratual.

n) Redução do valor recuperável de ativos (*impairment*)

O Conselho Monetário Nacional - CMN, emitiu em 29 de maio de 2008 a Resolução nº 3.566, com efeito, a partir de 1º de julho de 2008, aprovando a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 01, que dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas em relação ao valor recuperável de ativos (*impairment*), estabelecendo os seguintes critérios:

- Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados anualmente para a verificação de *impairment* e/ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável, e
- Uma perda por *impairment* ocorre quando o valor líquido contábil do ativo excede seu valor recuperável, sendo reconhecida diretamente no resultado.

o) Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridas.

p) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

São avaliados, reconhecidos e demonstrados de acordo com as determinações estabelecidas na Resolução nº 3.823, de 16 de dezembro de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que aprovou a utilização do Pronunciamento Técnico CPC 25.

l. Ativos e passivos contingentes

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - São avaliados periodicamente e não são reconhecidos no balanço. Quando a realização do ativo for praticamente certa, existe o reconhecimento ativo.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

As reservas trabalhistas são calculadas para todos os funcionários cujo contrato de trabalho foi encerrado voluntária ou involuntariamente conforme o prazo prescricional da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (2 anos), pois a entidade espera uma possível saída de recursos. Quando o funcionário aciona a justiça do trabalho, a provisão passa a seguir o critério descrito abaixo.

As ações cíveis e trabalhistas são classificadas como massificadas ou relevantes, dependendo do valor do pedido.

As ações cíveis com valores inferiores a R\$300 e as trabalhistas com pedidos inferiores a R\$500 são consideradas massificadas. As ações massificadas são provisionadas com base na média de perda histórica calculada com base nos casos encerrados nos últimos 18 meses acrescidas dos juros desde a data de ajuizamento/citação mensalmente.

Para as ações consideradas relevantes, o critério para constituição de provisão é o seguinte:

No ajuizamento da causa, os processos trabalhistas são provisionados com base em percentual do valor do pedido. O referido percentual é calculado de acordo com a média histórica de pagamentos dos processos encerrados nos últimos 18 meses considerados relevantes, tomando em consideração percentual de ganhos de causa, percentual de acordos e percentual de perdas quando da sentença em primeira instância adicionado do valor de risco existente na base ativa. A avaliação individual da probabilidade de perda é efetuada com base no julgamento dos advogados internos ou externos, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência histórica da empresa. Esse é um exercício subjetivo, sujeito a incertezas de uma previsão sobre eventos futuros, sobre maneira acerca de matéria jurídica. Como tal, é entendido que as avaliações serão sujeitas à revisão frequente e a eventuais alterações.

As ações cíveis consideradas relevantes terão sua avaliação de risco calculada pelos advogados externos e serão provisionadas pelo valor do risco de perda quando considerada com perda provável. As ações cíveis e trabalhistas estão registradas na rubrica contábil "Outras obrigações - Diversas".

ii. Obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

Representadas por exigíveis relativos às obrigações tributárias, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independentemente da avaliação dos consultores legais e da Administração.

As ações fiscais e previdenciárias são quantificadas quando do recebimento da notificação dos processos administrativos, com base nos valores destes, atuando mensalmente, e registradas na rubrica de "Provisão para riscos fiscais".

q) Imposto de renda e contribuição social

As provisões para o imposto de renda e contribuição social foram constituídas sobre o lucro líquido ajustado conforme legislação fiscal, às alíquotas de 15% acrescidas do adicional de 10% para o Imposto de Renda.

Em 22 de maio de 2015, foi editada pelo Poder Executivo a MP nº 675/2015, que aumentou a alíquota da CSLL sobre o lucro de instituições financeiras, de 15% para 20%.

A MP entrou em vigor a partir de 1º de setembro de 2015 e a referida MP foi convertida na Lei nº 13.169 de 5 de outubro de 2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas disposições constantes na Resolução nº 3.059, de 30 de dezembro de 2002, e na Resolução nº 3.355, de 31 de março de 2006, do Conselho Monetário Nacional - CMN, que determinam que o Conglomerado deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

i. Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e

ii. Expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em exercícios subsequentes, baseada em estudos técnicos que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de 10 anos.

r) Plano de incentivos com base em ações

O Conglomerado participa de planos de incentivos com base em ações do Citigroup, representado pelos seguintes programas:

- CAP (*Capital Accumulation Program*), que oferece ações aos funcionários, com base no Acordo de Participação de Afiliadas em Planos de Ações (*Stock Plans Affiliate Participation Agreement* - SPAPA) em que o Conglomerado efetua remessa de câmbio ao Citigroup pelo preço de mercado da ação na data de transferência dos recursos.
- O CAP é um programa com liquidação em instrumento financeiro, com contabilização das respectivas obrigações de efetuar pagamentos ao Citigroup Inc. É reconhecido o valor justo dos prêmios na data de concessão como uma despesa de remuneração durante o período de aquisição, com um crédito correspondente na provisão. Todos os valores pagos ao Citigroup Inc. e as respectivas obrigações segundo o SPAPA são reconhecidos no resultado ao longo do período de aquisição.
- Stock Option*, programa que o funcionário tem o direito de exercer a opção e receber em dinheiro a diferença entre o preço da ação no mercado e o preço da ação na data da concessão da opção.

O *Stock Option* é um programa com liquidação em caixa e o valor da obrigação é reconhecido durante o período de vigência da opção, pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Não há provisão registrada em 31 de dezembro de 2016, referente ao programa de *Stock Option*, pois já encorreu o prazo para exercer a opção.

s) Benefícios pós-emprego

O Conglomerado participa de plano de benefício de aposentadoria suplementar de contribuição definida. A despesa no resultado representa as contribuições pagas em relação ao serviço prestado pelos funcionários durante o ano. O Conglomerado também participa de plano de benefício de aposentadoria e plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido onde não há participação do funcionário em seu custeio. Para seus planos de benefício definido, a obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano, juntamente com ajustes referentes ao custo do serviço passado.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação previdenciária. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente e passado, as despesas de juros e o retorno esperado sobre os ativos são reconhecidos na demonstração do resultado.

Será reconhecido um excedente no balanço quando houver um benefício econômico disponível ao Conglomerado como redução nas contribuições futuras ou como reembolso de verbas para a empresa (regra do teto do ativo - *asset ceiling*).

O Banco Central publicou em 25 de junho de 2015 a Resolução nº 4.424, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) - Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Para o plano de assistência à saúde para aposentados essa Resolução não trouxe impactos no balanço patrimonial do Banco em função da adoção antecipada do CPC 33, considerado que este plano estava deficitário.

Os benefícios pós-emprego, relacionados a complemento de aposentadoria na modalidade contribuição definida e prestação de serviços assistenciais, na modalidade benefício definido, de responsabilidade do patrocinador, foram avaliados e mesmo estes, sendo superatuais, a aplicação da regra gerou um impacto na linha de outros ajustes de avaliação patrimonial, lucros acumulados e resultado decorrente da contabilização do custo do benefício definido considerando premissas atuariais. Não houve impacto em ativos e passivos, dada a observância da regra do *asset ceiling*.

i. Benefícios de curto prazo

Os benefícios de curto prazo, inclusive Participação nos Lucros e Resultados, para os empregados atuais são reconhecidos pelo regime de competência de acordo com os serviços prestados.

4 | Caixa e equivalentes de caixa

	2016	2015
Disponibilidades em moeda nacional	290.501	165.938
Disponibilidades em moedas estrangeiras	472.999	657.624
Aplicações temporárias em ouro	12.313	2.059
Aplicações em operações compromissadas - Posição bancada	2.694.497	3.654.351
Aplicações em depósitos interfinanceiros	224.563	321.824
Aplicações em moedas estrangeiras	780.881	665.864
Total	4.475.754	5.467.660

5 | Aplicações interfinanceiras de liquidez

	2016				2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	Total	Total
Aplicações em operações compromissadas	7.091.687	860.656	-	7.952.343	12.215.633
Posição bancada	4.369.039	449.635	-	4.818.674	5.304.279
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	352.560	-	-	352.560	1.782.868
Letras do Tesouro Nacional - LTN	339.869	267.975	-	607.844	2.175.869
Notas do Tesouro Nacional - NTN	3.676.610	181.660	-	3.858.270	1.345.465
Posição financiada	49.224	-	-	49.224	2.295.619
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	47.503	-	-	47.503	320.443
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.721	-	-	1.721	1.139.534
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	835.642
Posição vendida	2.673.424	411.021	-	3.084.445	4.615.741
Letras do Tesouro Nacional - LTN	882.422	186.738	-	1.069.160	2.425.752
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1.791.002	224.283	-	2.015.285	2.189.979
Aplicações em depósitos interfinanceiros	320.490	492.659	30.018	843.167	983.705
Certificados de depósitos interfinanceiros	320.490	492.659	30.018	843.167	983.705
Outras aplicações	780.881	-	-	780.881	665.864
Aplicações em moedas estrangeiras	780.881	-	-	780.881	665.864
Total	8.193.058	1.353.315	30.018	9.576.391	13.865.208

6 | Títulos e valores mobiliários

a) Títulos para negociação

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos para negociação	137.812	2.168.438	1.016.325	1.520.746	615.937	1.547.746
Carteira própria	-	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.965.675	867.396	1.287.125	142.508	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	202.763	148.929	233.621	473.429	1.547.746
Ações de companhias abertas	30.718	-	-	-	-	-
Ações recebidas por empréstimos	98.725	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de índice de mercado	8.369	-	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	-	709.743	-	700.774	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	709.743	-	700.774	-
Vinculado à prestação de garantias	-	-	1.118.163	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	1.118.163	-	-	-
Total	137.812	2.168.438	2.844.231	1.520.746	1.316.711	1.547.746

b) Títulos disponíveis para venda

O custo atualizado, acrescido dos rendimentos auferidos, e o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação estavam assim apresentados:

	Sem vencimento	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos
Títulos disponíveis para venda	171.728	84.607	786.445	188.428	98.592
Carteira própria	-	-	-	-	-
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	-
Vinculado a compromissos de recompra	-	306.529	745.480	-	4.658
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-
Vinculado à prestação de garantias	-	532.968	5.551.162	162.979	1.507.224
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	-	-	-	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	-	-
Total	171.728	924.104	7.083.087	351.407	1.810.474

O saldo de ajuste ao valor de mercado, no patrimônio líquido, refere-se às perdas não realizadas, deduzidos dos efeitos fiscais, no montante de R\$ 65.302 (2015 - R\$ (206.069)).

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Conglomerado não possuía títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos públicos encontram-se custodiados junto ao Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, os títulos privados estão registrados na CETIP S.A. - Mercados Organizados e as ações estão registradas na Câmara Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC.

Em 31 de dezembro de 2016 a Administração optou pela reclassificação das LFTs vinculadas a prestação de garantias à depósitos judiciais no montante de R\$372.328 da categoria de títulos para negociação para a categoria de títulos disponíveis para venda por entender que os títulos não são de liquidez imediata.

7 | Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos representam contratos acordados com diversas contrapartes para administrar nossa exposição global e para auxiliar nossos clientes a administrar suas próprias exposições.

Contratos a termo e contratos futuros de taxa de juros e de moedas estrangeiras são compromissos para comprar ou vender um instrumento financeiro em uma data futura, a um preço ou rendimento contratado, e podem ser liquidados financeiramente. O valor nominal representa o valor de face do instrumento relacionado. Contratos futuros de mercadorias são compromissos para comprar ou vender mercadorias em uma data futura, por um preço contratado, que serão liquidados em dinheiro. O valor nominal representa a quantidade dessas mercadorias multiplicada pelo preço futuro na data do contrato. Para esses instrumentos são efetuadas liquidações diárias relacionadas às variações nos preços de mercado.

Contratos de *swaps* de taxa de juros e de câmbio são compromissos para liquidar em dinheiro em uma data ou datas futuras, o diferencial entre dois índices financeiros especificados (duas taxas de juros diferentes em uma única moeda ou duas taxas diferentes, cada uma delas em uma moeda diferente) aplicado sobre um valor referencial de principal.

Contratos de opção dão ao comprador, mediante o pagamento de um prêmio, o direito, mas não a obrigação, de comprar ou vender, dentro de um prazo limitado, um instrumento financeiro, inclusive um fluxo de juros, moedas estrangeiras, mercadorias e ações, a um preço contratado que também pode ser liquidado em dinheiro, com base no diferencial entre índices específicos.

O valor de mercado dos *swaps* é apurado considerando os fluxos de caixa projetados de cada uma de suas pontas, descontados a valor presente de acordo com suas respectivas curvas de juros, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. Os cálculos das curvas de juros utilizam modelos auditados e aprovados internamente pela área responsável por gestão de riscos do grupo.

Para as opções, são utilizados modelos estatísticos que consideram a volatilidade do preço do ativo objeto e as taxas de juros representativas das condições de mercado por ocasião do encerramento do balanço. As principais taxas de juros utilizadas na composição das curvas de juros são extraídas dos *swaps* negociados na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sendo que ajustes a tais curvas são efetuados sempre que determinados pontos são considerados sem liquidez suficiente para serem representativos, ou, por motivos atípicos, não representem fielmente as condições de mercado.

Os riscos de mercado e de crédito associados a esses produtos, bem como os riscos operacionais, são similares aos relacionados a outros tipos de instrumentos financeiros. Risco de mercado é a exposição criada pela potencial flutuação nas taxas de juros, taxas de câmbio, cotação de mercadorias, preços cotados em mercado de ações e outros valores, e é função do tipo de produto, do volume de operações, do prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

Risco de crédito é a exposição a perdas no caso de inadimplência de uma contraparte. A exposição ao risco de crédito nos contratos futuros é minimizada devido à liquidação diária em dinheiro. Os contratos de *swaps* proporcionam risco de crédito no caso da contraparte não ter a capacidade ou disposição para cumprir suas obrigações contratuais. A exposição total de crédito em *swaps*, calculada na forma da Circular nº 3.360/2007 e atualizações posteriores, é de R\$ 2.438 (2015 - R\$ 24.173).

A perda máxima associada aos contratos de opção se limita à extensão dos prêmios pagos em opções adquiridas. A exposição ao risco de crédito, associada à aquisição de opções, monta R\$ 631.979 (2015 - R\$ 1.258.417).

O gerenciamento destes e de outros fatores de risco são baseados em modelos internos de análise quantitativa, qualitativa e estatística que permitem ao Conglomerado controlar estes fatores em operações com instrumentos derivativos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o Conglomerado não possuía instrumentos financeiros derivativos classificados para fins de *hedge* de risco de mercado e *hedge* de fluxo de caixa.

a) O Quadro a seguir resume o valor referencial atualizado e as respectivas exposições líquidas no balanço patrimonial para os instrumentos financeiros derivativos.

	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Passivo
Negociação					
Derivativos de taxa de juros					
Contratos futuros	-	-	-	-	-
Compromisso de compra	5.116.490	-	-	-	-
Compromisso de venda	8.390.727	-	-	-	-
Contratos a termo	-	-	-	-	-
Compra	92.531	92.385	92.385	(92.520)	(92.520)
Venda	551.568	551.385	551.385	(551.205)	(551.205)
Opções	-	-	-	-	-
Compra	4.944.000	28.376	8.284	(67.553)	(32.109)
Venda	87.258	5	159	(3.519)	(1.804)
Contratos de <i>swaps</i>	5.089.725	108.364	139.733	(75.931)	(97.224)
Derivativos de commodities					
Opções	-	-	-	-	-
Compra	66.868	-	1.104	-	(1.104)
Venda	147.559	-	1.803	-	(1.803)
Contratos de NDF	1.388.443	-	41.960	-	(41.960)
Contratos de <i>swaps</i>	3.642.784	-	91.699	-	(91.699)
Derivativos cambiais					
Contratos futuros	-	-	-	-	-
Compromisso de compra	39.301.992	-	-	-	-
Compromisso de venda	1.783.134	-	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Compra	24.475.980	226.561	80.270	(153.356)	(40.728)
Venda	97.579.086	67.804	77.416	(113.525)	(125.328)
Contratos de NDF	1.628.275	1.097.105	1.143.562	(494.642)	(478.909)
Contratos de <i>swaps</i>	54.221.677	2.664.753	2.840.615	(2.532.184)	(2.577.907)
Derivativos de ação e índices de ações					
Contratos futuros	-	-	-	-	-
Compromisso de compra	21.721	-	-	-	-
Compromisso de venda	18.936	-	-	-	-
Opções	-	-	-	-	-
Compra	1.635.210	261.092	161.314	(36.057)	(61.066)
Venda	1.628.275	-	301.628	(251.794)	(349.326)
Contratos de <i>swaps</i>	-	-	-	-	-
Total	269.213.959	5.097.830	5.533.317	(4.381.628)	(4.546.933)

	Valores referenciais dos contratos	Custo atualizado	Valor de mercado	Custo atualizado	Passivo
Negociação					
Derivativos de taxa de juros					
Contratos futuros	-	-	-	-	-
Compromisso de compra	2.774.226	-	-	-	-
Compromisso de venda	38.036.474	-	-	-	-
Contratos a termo	-	-	-	-	-
Compra	17.260	17.260	17.260	(17.174)	(17.174)
Venda	481.913	479.410	479.410	(479.328)	(479.328)
Opções	-	-	-	-	-
Compra	72.790	-			



www.citi.com.br

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

■ Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

2015									
Nível de risco	Comércio	Indústria	Intermediários financeiros	Pessoas físicas	Rural	Outros serviços	Total	Provisão	
AA	1.479.208	4.722.935	101.492	72.931	42.674	723.391	7.341.991	-	(44.541)
A	808.351	3.790.976	28.924	3.073.935	52.499	1.153.484	8.908.169	-	(24.751)
B	429.847	679.021	5.319	1.219.298	32.955	108.619	2.475.059	-	(9.778)
C	97.867	42.469	-	154.600	-	31.130	325.931	-	(9.778)
D	40.173	140.869	-	1.764.851	437	11.892	958.223	-	(95.822)
E	32.808	40.988	44	120.135	-	7.397	201.372	-	(60.411)
F	1.790	17.137	-	1.129.461	-	625	149.014	-	(74.507)
G	40.186	31.938	-	75.387	-	38.427	151.938	-	(130.157)
H	72.948	83.390	1.748	371.505	-	21.467	855.058	-	(551.058)
Total	3.003.178	9.749.723	137.534	5.981.423	128.565	2.096.332	21.096.755	-	(991.025)

c) Composição da carteira de crédito por nível de risco

2016									
Nível de risco	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Saldos da carteira	Total da Carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Saldos da provisão
AA	5.879.127	-	5.879.127	29,77	-	-	-	-	-
A	8.736.234	-	8.736.234	44,23	0,50%	(43.681)	-	-	(43.681)
B	2.257.205	4.196	2.261.401	11,45	1,00%	(22.572)	(42)	(22.614)	(22.614)
C	235.122	3.194	238.316	1,21	3,00%	(7.053)	(96)	(7.149)	(7.149)
D	1.118.630	12.431	1.131.061	5,73	100,0%	(111.863)	(1.243)	(113.106)	(113.106)
E	264.962	17.261	282.223	1,43	30,00%	(79.489)	(5.177)	(84.666)	(84.666)
F	64.135	58.797	122.932	0,62	50,00%	(32.067)	(29.399)	(61.466)	(61.466)
G	70.080	147.734	217.814	1,10	70,00%	(49.056)	(103.414)	(152.470)	(152.470)
H	533.260	348.618	881.878	4,46	100,00%	(533.260)	(348.618)	(881.878)	(881.878)
Total	19.158.755	592.231	19.750.986	100,00	-	(879.041)	(487.989)	(1.367.030)	(1.367.030)

Provisão Adicional (1)

Total da Provisão

2015									
Nível de risco	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Saldos da carteira	Total da Carteira	%	Nível de provisão	Curso normal	Vencidos > 14 dias	Saldos da provisão
AA	7.341.991	-	7.341.991	32,42	-	-	-	-	-
A	8.908.169	-	8.908.169	38,68	0,50%	(44.541)	-	-	(44.541)
B	2.472.930	2.129	2.475.059	11,94	1,00%	(24.730)	(21)	(24.751)	(24.751)
C	321.442	4.489	325.931	5,05	3,00%	(9.643)	(135)	(9.778)	(9.778)
D	938.014	20.209	958.223	5,27	10,00%	(93.802)	(2.020)	(95.822)	(95.822)
E	152.631	48.741	201.372	0,78	30,00%	(45.789)	(14.622)	(60.411)	(60.411)
F	50.302	98.712	149.014	0,81	50,00%	(25.151)	(49.356)	(74.507)	(74.507)
G	126.575	59.363	185.938	0,70	70,00%	(88.603)	(41.554)	(130.157)	(130.157)
H	240.087	310.971	551.058	4,35	100,00%	(240.087)	(310.971)	(551.058)	(551.058)
Total	20.552.141	544.614	21.096.755	100,00	-	(572.346)	(418.879)	(991.025)	(991.025)

(1) No semestre findo em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado passou a constituir provisão adicional ao mínimo requerido pelo Bacen para os clientes pessoas jurídicas, de acordo com os percentuais adotados em metodologia interna.

d) Composição da carteira de crédito por prazo de vencimento

	2016	2015
Vencidas há mais de 14 dias	592.231	544.614
A vencer até 90 dias	7.892.759	7.958.007
De 91 a 360 dias	6.992.586	7.414.803
Acima de 360 dias	4.273.410	5.179.331
Total	19.750.986	21.096.755

e) Composição da carteira de crédito por concentração

	2016		2015	
	Saldo	% Carteira	Saldo	% Carteira
10 maiores devedores	3.430.837	17,37	4.045.042	19,17
20 seguintes maiores devedores	2.423.339	12,27	3.027.788	14,35
50 seguintes maiores devedores	3.210.195	16,25	3.058.562	14,50
100 seguintes maiores devedores	2.264.400	11,47	2.308.757	10,95
Demais clientes	8.422.215	42,64	8.656.606	41,03
Total	19.750.986	100,00	21.096.755	100,00

f) Movimentações à conta de provisão para créditos de liquidação duvidosa

	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Crédito com características de concessão de crédito			
Saldo inicial	(1.086.009)	(991.025)	(1.206.239)
Constituições líquidas de reversões	(592.454)	(1.009.520)	(679.259)
Créditos baixados como prejuízo	304.374	626.456	894.473
Saldo final	(1.374.089)	(1.374.089)	(991.025)

Crédito sem características de concessão de crédito			
Saldo inicial	-	-	(10.713)
Reversões	-	-	10.713
Saldo final	-	-	-
Saldo Total	(1.374.089)	(1.374.089)	(991.025)
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	142.516	235.826	189.905
Renegociação de créditos	332.048	754.091	228.016

g) Composição do resultado de operações de crédito

	2º Semestre 2016	Exercícios 2016	Exercícios 2015
Empréstimos	822.527	1.661.983	1.401.464
Títulos descontados	479	1.302	14.727
Financiamentos	78.604	173.394	242.120
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	142.516	235.826	189.905
Rendas de financiamentos à exportação	163.397	23.199	946.860
Rendas de financiamentos rurais	63.922	122.115	99.771
Rendas de financiamentos habitacionais	61.728	119.803	100.634
Rendas de direitos por empréstimos de ações	10.498	10.498	-
Rendas de adiantamentos a depositantes	4.282	11.174	9.006
Financiamentos de títulos e valores mobiliários	(8.892)	526	11.319
Outros	2.539	2.721	2.801
Total	1.341.600	2.362.541	3.018.607

h) Operações ativas vinculadas

Apresentamos abaixo informações relativas a operações ativas vinculadas, realizadas na forma prevista na Resolução nº 2.921 de 17 de janeiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional - CMN.

	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	Ativos (passivos)	Receitas (despesas)	
Operações ativas vinculadas					
Operações de crédito	989.208	40.970	1.531.302	44.850	
Obrigações por operações ativas vinculadas					
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	(989.208)	-	(1.531.302)	-	
Resultado líquido das operações vinculadas	-	40.970		44.850	
			2016	2015	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	Total	Total
Operações ativas vinculadas					
Operações de crédito	37.204	252.993	699.011	989.208	1.531.302

	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 1 ano	2016	2015
Operações ativas vinculadas					
Operações de crédito	37.204	252.993	699.011	989.208	1.531.302

9 | Carteira de câmbio

	2016		2015	
	Circulante	não circulante	Circulante	não circulante
Outros créditos				
Câmbio comprado a liquidar	4.674.733	57.469	5.341.931	24.064
Direitos sobre venda de câmbio	4.081.614	61.791	5.309.727	24.328
Adiantamentos em moeda nacional recebidos (-)	(53.212)	-	(79.442)	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota 8.a)	9.406	4.163	13.174	3.139
Outros	-	3	22	9
Total	8.712.541	123.426	10.585.412	51.540
Outras obrigações				
Câmbio vendido a liquidar	3.800.195	60.779	5.683.108	24.793
Obrigações por compra de câmbio	4.992.811	61.791	4.911.123	24.328
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 8.a)	(754.526)	-	(1.201.885)	(11.520)
Total	8.038.480	122.570	9.392.346	37.601

As responsabilidades por créditos abertos para importação no valor de R\$ 112.415 (2015 - R\$ 61.049) estão registradas em conta de compensação.

10 | Negociação e intermediação de valores

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
	Outros	Outras	Outros	Outras
	créditos	obrigações	créditos	obrigações
Caixas de registros e liquidação	17.287	1.510	-	64.696
Devedores/credores por conta de liquidações pendentes (1)	164.482	2.299.631	117.627	3.237.612
Operações com ativos financeiros e mercadorias a liquidar (posição própria)	14.294	495.623	1.174.819	40.232
Redores por empréstimos de ações	-	583.580	-	609.858
Outros créditos/obrigações por negociação e intermediação de valores	-	59.475	774	58.766
Total	196.063	3.439.819	1.293.220	4.011.164

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

(1) O saldo do passivo refere-se, basicamente, a valores em trânsito de investidores estrangeiros, para os quais o Conglomerado presta serviço de custódia de valores.

11 | Créditos tributários

De acordo com as práticas contábeis e as regulamentações do Conselho Monetário Nacional - CMN, a Administração do Banco, constituiu créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A referida constituição respeitou a projeção de lucratividade do Banco, bem como a expectativa de realização dos citados créditos tributários e o histórico de lucros fiscais nos últimos cinco exercícios.

a) Movimentação de crédito tributário de imposto de renda

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para bônus e gratificação periódica	83.107	89.549	(74.097)	98.559
Provisão para outros pagamentos	95.749	95.883	(69.610)	122.022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	390.058	263.721	(152.759)	501.020
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	168.169	62.450	(49.825)	180.794
Prejuízos fiscais a compensar	75.316	-	(26.344)	48.972
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	79.700	-	(79.700)	-
Insuficiência de depreciação	21.935	750	-	22.685
Total	914.034	512.353	(452.335)	974.052

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para bônus e gratificação periódica	81.741	21.987	(20.621)	83.107
Provisão para outros pagamentos	87.194	25.758	(17.203)	95.749
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	421.371	182.562	(213.875)	390.058
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	176.249	21.502	(29.582)	168.169
Prejuízos fiscais a compensar	101.861	-	(26.545)	75.316
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	105.612	5.968	(31.880)	79.700
Insuficiência de depreciação	16.969	4.966	-	21.935
Total	990.997	262.743	(339.706)	914.034

b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para bônus e gratificação periódica	73.415	58.874	(44.553)	73.415
Provisão para outros pagamentos	57.451	62.533	(41.768)	78.216
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	286.214	168.771	(92.281)	362.704
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	114.197	57.725	(29.895)	142.027
Base negativa de contribuição social	69.101	1.495	(15.806)	54.790
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	54.862	630	(55.492)	-
Total	655.470	350.028	(279.795)	725.703

	Saldo em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2015
Provisão para bônus e gratificação periódica	49.046	36.974	(12.375)	73.415
Provisão para outros pagamentos	52.317	15.456	(10.322)	57.451
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	252.823	161.717	(128.326)	286.214
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	105.748	26.197	(17.748)	114.197
Base negativa de contribuição social	68.885	16.205	(15.989)	69.101
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	63.368	3.589	(12.095)	54.862
Total	592.187	260.138	(196.855)	655.470

c) Realização de crédito tributário de imposto de renda

	2016	2015
	De 1 a 10 anos	De 5 a 10 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	32.974	38.701
Provisão para outros pagamentos	45.151	45.827
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	208.517	111.499
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	52.678	109.183
Prejuízos fiscais a compensar	17.140	22.037
Insuficiência de depreciação	3.722	6.912
Total	360.182	334.159

	2016	2015
	De 1 a 10 anos	De 5 a 10 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	39.519	42.327
Provisão para outros pagamentos	45.937	49.352
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	67.594	71.347
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	24.252	26.042
Prejuízos fiscais a compensar	13.626	14.686
Insuficiência de depreciação	8.000	7.996
Ajuste a valor de mercado de títulos disponíveis para venda	189.028	211.850
Total	189.028	211.850

A lei tributária determina que o ajuste a valor de mercado dos derivativos são tributados somente na liquidação e por isto é constituído crédito tributário diferido. Nesta rubrica está informado o saldo total entre ativo e passivo diferido de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro e sobre o ajuste a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos.

d) Realização de crédito tributário de contribuição social

	2016	2015
	De 1 a 10 anos	De 5 a 10 anos
Provisão para bônus e gratificação periódica	29.598	34.512
Provisão para outros pagamentos	28.792	29.497</



Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80

www.citi.com.br

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

24| Patrimônio líquido

a) Capital Social
O capital social representa o investimento da matriz nas empresas que constituem o Conglomerado, acrescido dos lucros capitalizados e das reservas incorporadas ao capital.
Em AGE, de 31 de julho de 2015, o Citibank N.A. realizou aumento de capital no montante de R\$200.600 relacionados ao pagamento de juros a título de remuneração sobre capital próprio.
Em AGE, de 31 de agosto de 2015, o Citibank N.A. realizou aumento de capital no montante de R\$249 oriundos de reservas de atualização de títulos patrimoniais.
b) Reserva legal
É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.
Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, foi constituída reserva legal no montante de R\$47.907 (2015 - R\$44.922).

c) Reserva estatutária
Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 90% do capital social do Conglomerado e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação do Conglomerado, estando limitada a 10% do seu capital social.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reservas estatutárias no montante de R\$456.071 (2015 - R\$849.302) de lucros acumulados do exercício, sendo, R\$408.116 (2015 - R\$764.372) destinados para reserva de equalização de dividendos, R\$47.955 (2015 - R\$84.930) para reserva de reforço de capital de giro e R\$23.490 para reservas especiais de lucros.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio
Em 27 e 28 de dezembro de 2016, conforme AGE, o Conglomerado aprovou a deliberação de juros a título de remuneração sobre o capital próprio no valor bruto de R\$500.000 referente ao exercício de 2016. Em 29 de dezembro de 2015, conforme AGE de 16 de dezembro de 2015, o Conglomerado pagou ao Citibank Overseas Investment Corporation (COIC) o saldo remanescente de R\$46.750 de juros a título de remuneração ao capital próprio deliberados em dezembro de 2014.

e) Ajuste de avaliação patrimonial
Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido nos planos de previdência privada e assistência médica.

25| Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Rendas de Administração e estruturação de fundos de investimento (1)	84.597	177.133	181.709
Rendas de cobrança, comissão de colocação de títulos	44.282	71.439	57.321
Rendas de serviços de custódia	47.418	88.035	80.076
Rendas de corretagens de operações em bolsas	32.233	64.530	56.661
Rendas de serviços prestados	1.110	2.158	290
Rendas de utilização de serviços (2)	102.402	194.564	172.123
Receitas com operações de cartões de crédito	42.820	84.115	85.082
Receitas com administração de clientes estrangeiros	8.046	15.811	16.568
Rendas de assessoria econômico-financeira	9.373	26.755	40.516
Rendas de garantias prestadas	43.755	87.449	66.913
Receitas de serviços prestados à ligadas (3)	354.064	356.653	8.826
Outros serviços	66.167	102.077	69.745
Total	836.267	1.270.719	835.830
Receitas de tarifas bancárias - Renda de anuidade de cartão de crédito	63.789	125.662	122.095
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa jurídica	26.130	46.612	39.590
Receitas de tarifas bancárias - Pessoa física	87.733	168.273	127.899
Total	177.652	340.547	289.584

(1) Trata-se de remuneração paga pelos administradores de fundos de investimentos externos, no qual o Banco e a Distribuidora prestam serviços referente à distribuição de cotas.
(2) Remuneração paga pelos estabelecimentos em contrapartida ao direito de integrar o sistema de pagamentos via cartão de crédito.
(3) O aumento nas receitas de prestação de serviços à ligadas é decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$349.456.

26| Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Despesas de aluguel	(29.105)	(60.076)	(64.212)
Despesas de comunicação	(28.059)	(58.004)	(56.778)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(15.669)	(32.279)	(37.933)
Despesas de promoções e relações públicas	(13.626)	(23.906)	(28.899)
Despesas de propaganda e publicidade	(26.002)	(40.576)	(42.040)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(59.326)	(111.508)	(90.283)
Despesas de serviços de terceiros	(253.013)	(535.850)	(529.583)
Despesas de serviços técnicos especializados	(50.552)	(94.752)	(88.305)
Despesas de processamento de dados	(131.078)	(280.635)	(233.968)
Despesas de viagens	(13.873)	(25.142)	(28.905)
Despesas de amortização e depreciação	(58.294)	(115.188)	(113.613)
Despesas de água, energia e gás	(5.860)	(12.993)	(13.436)
Despesas de material	(2.437)	(4.745)	(5.438)
Despesas de transporte	(2.503)	(5.328)	(5.488)
Despesas de serviços de segurança e vigilância	(17.444)	(35.496)	(36.209)
Outras despesas administrativas (1)	(19.310)	(37.416)	(49.705)
Total	(726.151)	(1.473.894)	(1.424.795)

(1) Inclui encargos, comissão paga à empresa ligada no exterior por indicação de clientes globais e registro com operações de Finance.

27| Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2016	2016	Exercícios 2015
Receitas			
Receitas com operações de cartões de crédito (1)	70.606	132.677	125.470
Reversão de provisão para contingências	6.305	55.266	158.691
Receitas com operações de cessão de crédito	78.779	173.091	160.207
Atualização monetária de depósitos judiciais	32.934	60.347	53.112
Recuperação de encargos e despesas	9.643	19.914	18.839
Reversão de provisões operacionais	29.547	48.010	7.319
Atualizações e recuperação de impostos	60.227	65.394	14.271
Receitas na remuneração com pagamento baseado em ações	4.255	10.502	54.292
Receitas com MTM de empréstimos de ações	2.187	2.276	7
Reversão de provisão para indenizações trabalhistas	234	234	28.834
Atualização de impostos a compensar	-	-	1
Outras receitas operacionais	17.146	43.472	65.095
Total	311.863	611.183	686.138
Despesas			
Atualização monetária de contingências	(41.125)	(86.670)	(90.382)
Despesas com operações de cartões de crédito (2)	(155.195)	(327.008)	(334.230)
Despesas com provisões operacionais	(2.451)	(2.933)	(114.529)
Despesas com provisões para contingências	(60.788)	(166.518)	(177.004)
Despesas com administração de recursos	(9.615)	(15.658)	(22.501)
Despesa com administração e estruturação de fundos de investimentos	(323)	(357)	(289)
Despesas com fraudes por perdas ou roubo de cartões	(7)	(514)	(67)
Despesas com provisão de indenização trabalhista	-	(594)	-
Variação cambial - Ordem de pagamento ME (3)	2.548	(6.191)	-
MTM negativo de ações dadas por empréstimos	(101)	(1.037)	(2.689)
Outras	(105.701)	(155.235)	(66.271)
Total	(372.758)	(762.715)	(807.952)

(1) Refere-se, substancialmente, às receitas de juros de mora e multa por inadimplência dos portadores de cartão de crédito.

(2) Refere-se, substancialmente, às comissões pagas às bandeiras e aos parceiros oriundos de transações realizadas pelos portadores de cartão de crédito.

(3) Os saldos credores apresentados por contas de resultado de natureza devedora, decorrentes da contabilização da variação cambial incidente sobre ordem de pagamento em moedas estrangeiras, foram reclassificados para esta rubrica.

28| Demonstrativo da base de cálculo do imposto de renda e contribuição social

	Citibank N.A.	Citibank S.A.	Leasing	Distribuidora	Corretora	2016 Conglomerado
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	71.778	182.932	173	139.357	38.007	432.247
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	68.124	-	-	125.936	33.009	227.069
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	-	64.269	-	400	160	64.829
Impostos e contribuições a recolher	3.654	118.663	173	13.021	4.838	140.349
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(140.527)	246.275	(7.329)	(148.774)	(40.726)	(91.081)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(110.621)	(32.540)	(858)	(157.095)	(45.280)	(346.394)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(29.906)	278.815	(6.471)	8.321	4.554	255.313
Total	(139.653)	(85.917)	(1.026)	(134.014)	(28.358)	(388.968)
Outras obrigações - Fiscais e previdenciárias	85.287	165.859	196	113.116	5.210	369.668
Provisão para imposto de renda e contribuição social corrente	73.004	52.988	-	107.679	2.175	235.846
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro diferido	10.749	-	-	-	-	10.749
Impostos e contribuições a recolher	1.534	112.871	196	5.437	3.035	123.073
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(139.653)	(85.917)	(1.026)	(134.014)	(28.358)	(388.968)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(102.637)	(27.727)	(5.749)	(135.670)	(30.368)	(302.151)
(Ativo)/passivo fiscal diferido	(37.016)	(58.190)	4.723	1.656	2.010	(86.817)

29| Transações com partes relacionadas

a) Transações com partes relacionadas
As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução nº 3.750 de 30 de junho de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, observados os Pronunciamentos Técnico CPC 05 - Divulgação de Partes Relacionadas, aprovado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No país (3)	No exterior (4)
Ativo				
Disponibilidades	-	-	-	312.908
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	-	-	778.684
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	805.476
Operações de crédito	-	-	-	30
Outros créditos	-	10	1.618	6.609.843
Investimentos	-	31.599	-	-
Passivo				
Depósitos	-	(8.899)	(23.434)	-
Obrigações por operações compromissadas	(16.306)	(51.145)	(508.959)	(1.132.877)
Relações interdependências	-	-	-	(435)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(10.064.395)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(531.676)
Outras obrigações	(1.986)	-	-	(6.502.093)
Receita/(despesa)				
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.216	-	-	1.297.884
Resultado de operações de câmbio	(5.504)	-	27	22.399
Receitas de serviços prestados	113	16	1.476	369.649
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	84.710	-	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	25.909
Despesas de operações de captação no mercado	(26.517)	(17.990)	(63.879)	(241.122)
Despesas de obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(142.589)
Despesas administrativas	(993)	-	(225.113)	(347.937)
Outras despesas operacionais	-	-	(2.224)	(17.507)
Resultado não operacional	-	601	1.327	-

	Controladoras (1)	Controladas (2)	Outras partes relacionadas No país (3)	No exterior (4)
Ativo				
Disponibilidades	-	-	-	550.100
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1	-	-	665.864
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	932.578
Operações de crédito	-	-	-	1.707
Outros créditos	-	-	-	5.713.399
Investimentos	-	311.315	-	-
Passivo				
Depósitos	(19)	(7.509)	(15.098)	-
Obrigações por operações compromissadas	(268.204)	(330.342)	(455.033)	(511.451)
Relações interdependências	-	-	-	(167)
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	-	(11.907.831)
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	(1.747.993)
Outras obrigações	(8.271)	-	-	(5.982.121)
Receita/(despesa)				
Resultado de operações de crédito	-	-	-	1.710
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	1.044	-	-	(1.034.085)
Resultado de operações de câmbio	-	-	-	(110.391)
Receitas de serviços prestados	207	-	134	55.465
Resultado em participações em coligadas e controladas	-	-	49.254	-
Outras receitas operacionais	-	-	-	23.297
Despesas de operações de captação no mercado	(60.237)	(37.991)	(53.866)	(229.912)
Despesas de operações de empréstimos e repasses	-	-	-	(86.738)
Despesas administrativas	(648)	-	(209.598)	(353.032)
Outras despesas operacionais	(24)	-	(2)	(12.727)
Resultado não operacional	-	671	598	-

(1) Citibank Overseas Investment Corporation, Citibank N.A. e Citigroup Global Markets Brasil Holding Inc;
(2) Citibank Corretora de Seguros Ltda.; Elavon do Brasil Soluções de Pagamento S.A.
(3) Citi Brasil Com. Participações.; Citi Part.Inv.Ltda.; Fundo de Investimento Referenciado DI Londres; e (4) Puerto Rico Branch; Latin American Investment Bank B; Int'l Bking Facility Ny Treasu; Ibf Pompano Lead Split; Nabg-Cash Management Div.; Citibank Debt Derivatives; Citigroup-Compensation Svcs; Coic Intercompany Control Unit; Cbc And Subs (Ex. Citifinancia; Cbk Os Brch/Ibf Intercompany C; Citi Ltd Luxembourg; Citibk Na Ireland;Citibank Na Switzerland; Argentina Branch; United Kingdom Branch; Hong Kong Branch Split Ib; Checker Motors Ltd; Citibank Equity Derivatives; Citigroup Global Markets Ltd; Citigroup Global Markets Inc; Banco De Honduras, S.A; Jamaica Branch; Citicorp Services Bureaus, Inc; Citicorp Credit Services, Inc.; Citicorp North America Inc.; Citigroup Chile; Ecuador Br Split Ib; Paraguay Branch; Uruguay Branch; El Salvador Branch; Haiti Branch; Dominican Republic Branch; Panama Branch Split Ib; Citishare; Citi-Info S.A. De C.V.; Pier De Puerto Vallarta S.A. D; Citibank N.A.; Citicorp Financial Services Corp; Citigroup Tech Inc-Latam; Citibank Japan Kk Cbi Split; Citibank Taiwan Ltd-Cmb Dbu; Cbs Costa Rica; Colombia Colepfin; Bahamas Nafg; Banco Cmb Costa Rica S.A.; Guatemala Branch; Laib North America Equity; Hogl Emerging Markets Div-Derivative; Citigroup Technology Inc. (Cti); Citibank N.A.-Canada; Citi Shared Services; Cbk H.O. Intercompany Control; Cgmhl Ice; Brazil Holdings, Inc.; Singapore Branch Split Ib; Citibank N.A. Australia lcg; Citicorp Merchant Bank Limited; Cbk Subs (Ex. Coic) Intercompa; Citigroup (Jersey) Limited; Citipgr Participation Lux Ltd; Citibank International Ltd; Citibk Switzerland Ag; Citi INTL Financial SVCS LLC; Ops Hogl Bork, Latam Regional O&T Hubs, Citibank Del Peru e Rio Bonan.

b) Remuneração da Administração

	2016	2015
Benefícios de curto prazo a administradores		
Proventos	18.967	14.265
Gratificações	3.066	9.718
Encargos sociais	15.838	12.599
Total	37.871	36.582
Benefício pós-emprego		
Planos de previdência complementar	620	344
Total	620	344
Remuneração com base em ações (1)	18.626	12.992

(1) Refere-se à remuneração com pagamento baseado em ações da Matriz, sediada no exterior (Citigroup Inc.).
Conforme legislação em vigor, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos para os membros da Administração e seus respectivos familiares, bem como às pessoas físicas e jurídicas a elas ligadas.

30| Planos de benefícios pós-emprego a funcionários

Características básicas dos planos
i. Plano de aposentadoria
Benefícios do plano: Aposentadoria normal, Aposentadoria antecipada, invalidez, pensão por morte de ativo, pensão por morte de aposentado, benefício em caso de desligamento e portabilidade.
ii. Valor do benefício de aposentadoria normal
Elegibilidade: 55 anos de idade e 10 anos de serviço creditado.
Benefício: (40% Salário - Benefício Previdenciário) x Tempo de Serviço na empresa/30.
iii. Plano de contribuição definida
É o plano de benefício pós-emprego, de aposentadoria suplementar, pelo qual os funcionários participantes contribuem com valor entre 3% e 5% do salário e o Conglomerado contribui com 50% calculado sobre a participação de cada funcionário.
O objetivo do plano é estimular uma poupança individual que proporcione um benefício de renda complementar ao plano de aposentadoria. Não há contribuição para participantes inativos.
Nos planos de contribuição definida o risco atuarial e o risco dos investimentos são dos participantes. O patrocinador não tem obrigação legal de contribuições adicionais, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar todos os benefícios devidos.
O Conglomerado é patrocinador da Citiprevi - Sociedade de Previdência Privada, que tem por objetivos principais a suplementação da aposentadoria e a prestação de serviços assistenciais aos empregados dos patrocinadores. Durante os exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2016 o Conglomerado contribuiu com R\$10.381 e R\$5.276, respectivamente (2015 - R\$11.985 e R\$4.872) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal".

iv. Plano de benefício definido
É o plano de benefício pós-emprego onde não há participação do funcionário em seu custeio. O plano tem por objetivo proporcionar ao funcionário uma renda mensal de até 40% da média dos últimos salários, deduzindo-se o Benefício Previdenciário (estabelecido no regulamento do Plano). O valor do benefício do Plano de Aposentadoria será calculado na data de desligamento do funcionário.
Neste plano o risco atuarial e o risco dos investimentos recaem integralmente na entidade patrocinadora. Sendo assim, é necessário premissas atuariais para mensurar a obrigação e a despesa do plano, bem como existe a possibilidade de ganhos e perdas atuariais e que devem ser mensuradas ao seu valor presente.
Durante os exercícios e semestre findos em 31 de dezembro de 2016, o Conglomerado contribuiu com R\$30.847 e R\$15.758, respectivamente (2015 - R\$27.296 e R\$14.437) para a Citiprevi, registrado na rubrica de "despesa de pessoal". De acordo com a última posição atuarial ocorrida em 31 de dezembro de 2016 e 2015 o valor líquido dos ativos e passivos dos planos de benefícios estavam assim representados:

	2016	2015
Ativos líquidos dos planos	1.436.985	1.093.715
Passivos atuariais	(1.365.737)	(975.085)
Superávit	71.248	118.630
As hipóteses financeiras e atuariais utilizadas para as avaliações atuariais são apresentadas na tabela a seguir. As premissas adotadas na data da avaliação atuarial são utilizadas para determinação do valor presente das obrigações atuariais naquela data. As premissas atuariais foram projetadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015.		
Principais premissas utilizadas na avaliação atuarial	2016	2015
Moeda funcional	R\$	R\$
Critério para apuração dos ativos	Ativo posicionado em 31/12/2016 informado pela Citiprevi	Ativo posicionado em 31/12/2015 informado pela Citiprevi
Taxa de desconto da obrigação atuarial	Inflação + 5,71% a.a. = 11,00% a.a.	Inflação + 7,30% a.a. = 13,20% a.a.
Taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano	Inflação + 5,71% a.a. = 11,00% a.a.	Inflação + 7,30% a.a. = 13,20% a.a.
Crescimento salarial médio	Inflação + 2,50% a.a. = 7,62%	Inflação + 2,50% a.a. = 8,14%
Crescimento benefício previdenciário	Inflação = 5,00%	Inflação = 5,50%
Reajuste do benefício do plano	Inflação = 5,00%	Inflação = 5,50%
Taxa anual de inflação a longo prazo	5,00% a.a.	5,50% a.a.
Capacidade salarial e de benefício (1)	98,00%	98,00%
Percentual de aumento do custo médico por faixa etária	Não aplicável	Não aplicável
Tábua de mortalidade geral	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo	AT-2000 suavizada em 10% segregada por sexo
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB 57	IAPB 57
Tábua de entrada em invalidez	Mercer Disability desagravada em 50,00%	Mercer Disability desagravada em 50,00%
Rotatividade	Até 20 SM: 0,20/(TS) ~ 0,20 Acima de 20 SM: 0,22/(TS) ~ 0,32 SM: Salário Mínimo	Até 20 SM: 0,20/(TS) ~ 0,20 Acima de 20 SM: 0,22/(TS) ~ 0,32 SM: Salário Mínimo
	TS: Tempo de Serviço	TS: Tempo de Serviço
Entrada em aposentadoria	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos (2) - 40,00% 56-57 anos - 20,00% 58 anos - 15,00% 59 anos - 5,00% 60 anos - 100,00%	Varia em função da idade, conforme demonstrado a seguir: 55 anos (2)

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

CNPJ nº 33.479.023/0001-80



www.citi.com.br

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 e semestre findo em 31 de dezembro de 2016

(Em milhares de Reais)

Terceira Linha de Defesa: A Auditoria Interna recomenda melhorias nos processos e práticas de forma contínua e oferece avaliação e análise independente.

O Superintendente de Riscos Operacionais é responsável por garantir controle, gestão e direção estratégica no processo de identificação de Riscos Operacionais significativos e controles mitigadores conforme o processo global de Auto-Avaliação de Risco e Controle, bem como no cumprimento de todos os requisitos regulamentares aplicáveis. É também responsável por assegurar a comunicação ao Comitê de Riscos, Controles Internos e *Compliance*, assim como, quando necessário, aos Auditores Independentes e órgãos reguladores, dos Riscos Operacionais Significativos e Emergentes, das medidas mitigadoras adotadas, e das possíveis deficiências de controle agregadas e significativas na organização como um todo.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

35| Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 3.464, de 26 de junho de 2007, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

A Diretoria

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, incluindo notas explicativas e parecer da auditoria independente;
- avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 11 vezes no período de 1º de janeiro de 2016 à 13 de fevereiro de 2017, onde desenvolveu as seguintes atividades:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos

Administradores e à Diretoria do

Conglomerado Financeiro Citibank Brasil

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas combinadas do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado combinado em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas combinadas". Somos independentes em relação ao Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que descreve que o Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank, e o grupo Itaú Unibanco celebraram contrato de compra e venda das operações de *Consumer Bank* do Citibank no Brasil. A operação envolverá a reestruturação societária de algumas empresas do Conglomerado Financeiro Citibank, de modo que o negócio do varejo seja cindido e absorvido pelo grupo Itaú Unibanco. A conclusão desta operação está sujeita a aprovação pelos órgãos reguladores. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas combinadas e o relatório do auditor

A Administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas combinadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup. Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de mercado consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

36| Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 3.721, de 30 de abril de 2009, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de crédito consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- Em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional – CMN, no período, o Comitê de Auditoria analisou:
 - os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado Financeiro Citibank; e

37| Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução nº 4.090, de 24 de maio de 2012, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup. A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco e o plano de contingência para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de stress são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos - ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de liquidez consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional - Código de Conduta e Políticas - Relatório de Gerenciamento de Riscos.

- o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 13 de fevereiro de 2017, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do parecer sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017
Comitê de Auditoria

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas combinadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conglomerado a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras consolidadas combinadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas combinadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 13 de fevereiro de 2017



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora - CRC 1SP198502/O-8